

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 21961/2023

1. DO OBJETO.

1.1. AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO GASOSO PURO MEDICINAL ACONDICIONADO EM CILINDROS DE 1M³ e OXIGÊNIO GASOSO PURO MEDICINAL ACONDICIONADO EM CILINDROS DE 2M³ a 10M³ E OXIGÊNIO LÍQUIDO PURO para atender às necessidades do **Hospital Municipal Raul Sertã e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro**, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitantes: Hospital Municipal Raul Sertã;
Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro.

1.3. Fundamentação legal: Pregão Eletrônico – Via Registro de Preços - Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 599/2020, Decreto nº 10.024/2019 c/c a Lei Federal nº 8.666/93;

1.4. Período: 12 meses a partir da assinatura da Ata de Registro de Preço.

1.5. Tipo: Menor preço por item.

2. DO QUANTITATIVO.

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	U/C	MARCA	QTDE
01	433103	Oxigênio Gasoso Puro Medicinal, acondicionado em cilindros de 2M ³ a 10M ³ gás incolor, altamente oxidante comprimido a altas pressões. Pureza mínima 99,5%. Número ONU 1072. Peso molecular 32,00, densidade relativa 1,105. Fórmula química O ₂ Fornecimento em cilindro na cor verde.	M ³		838
02	479021	Oxigênio Líquido Puro para fins hospitalares: Gás incolor altamente oxidante, comprimido e altas pressões. Pureza mínima 99,5%. Número ONU 1073. Peso molecular 32,00. Densidade relativa 1,14. fórmula química O ₂ . Fornecimento em tanques criogênicos estacionários.	M ³		633.000

03	433103	Oxigênio Gasoso Puro Medicinal, acondicionado em cilindros de 1M ³ - gás incolor, altamente oxidante, comprimido a altas pressões. Pureza mínima 99,5%. Número ONU 1072. Peso molecular 32,00, densidade relativa 1,105. Fórmula química O ² . Fornecimento em cilindros na cor verde.	M ³	1529
No item 02, deverá ser disponibilizado tanque em regime de comodato, em capacidade compatível com a demanda do HMRS e HMNF (não inferior a 15.000m ³ e 5.700m ³ , respectivamente), para o acondicionamento do oxigênio líquido, contendo os acessórios necessários à instalação, incluindo a preparação do local que servirá de base ao tanque.				

2.2. O quantitativo do item a ser adquirido e sua provável utilização foi baseado na requisição e justificativa acostado aos autos pela Unidade Requisitante.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

- 3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados.
- 3.2. A presente proposição para aquisição de OXIGÊNIO PURO LÍQUIDO E GASOSO, se justifica pela necessidade do cumprimento das normas constitucionais de atender com total presteza os pacientes que necessitam da rede municipal de saúde, em prol do interesse público de proporcionar melhor atendimento e saúde aos munícipes.
- 3.3. Esta aquisição tem por finalidade assegurar a manutenção das condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento das Unidades de Saúde.
- 3.4. Os Oxigênios são utilizados em situações de urgência/emergência médica para procedimento de oxigenoterapia, inaloterapia e ventilação mecânica pulmonar, para os pacientes que se encontram com insuficiência respiratória.
- 3.5. Item 01: O objeto é um insumo essencial dentro de uma Unidade Hospitalar, possibilitando uma adequada assistência aos pacientes do HMRS.
- 3.6. Itens 02 e 03: Aquisição necessária para suprir a demanda de oxigênio em cilindros, em decorrência do grande número de pacientes internados na Unidade.
- 3.7. O quantitativo dos materiais indicados no presente feito visa suprir a demanda da Unidade de Saúde pelo período de 12 (doze) meses e se dará através do sistema de registro de preços. É certo que o sistema de registro de preços não vincula a obrigatoriedade do esgotamento da Ata registrada, mas tão somente a solicitação do quantitativo necessário e conveniente ao Requisitante, não havendo nesse sentido quaisquer prejuízos à Administração.

4. QUANTITATIVOS E LOCAIS DE ENTREGA.

- 4.1.** A Contratada deverá atender a todas as ordens de fornecimento expedidas pelas Unidades Requisitantes.
- 4.2.** Os Oxigênios Gasosos e Líquidos, objetos do presente processo administrativo, deverão ser entregues no respectivo nosocômio, de acordo com suas solicitações no endereço abaixo arrolado:

Hospital Municipal Raul Sertã – Rua. General Osório, Nº 324, centro, Nova Friburgo/RJ.
Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro - Travessa, Av. Antônio Fernandes Moreira, nº 12 - Centro, Nova Friburgo/RJ

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA.

- 5.1.** A Unidade Requisitante entrará em contato diretamente com a Contratada para que esta realize a entrega dos produtos, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota de Empenho.
- 5.2.** As entregas deverão ser realizadas no endereço acima mencionados, no horário de 07h: 00min às 16h: 00min, em dias úteis, ou conforme a necessidade da Unidade Requisitante.
- 5.3.** O nosocômio entrará em contato diretamente com a Contratada para que esta realize a entrega dos oxigênios, após emitida Nota de Empenho.
- 5.4.** A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora (contratada) das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.
- 5.5.** Todos os cilindros deverão estar em perfeito estado de conservação, devendo possuir capacete de proteção móvel ou fixo e deverão ser entregues lacrados, caso contrário serão devolvidos à Contratada.
- 5.6.** Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando à apresentação da qualidade e resultados requisitados.
- 5.7.** Todos os oxigênios transportados pela Contratada devem estar adequadamente classificados, marcados e rotulados. A marcação deve ser exibida em cada cilindro e tanque, quando for o caso, transportado de forma visível e legível, colocada sobre um fundo de cor contrastante à da superfície externa do cilindro e deve estar localizada distante de outras marcações existentes. Esta marcação é composta do nome apropriado do gás (oxigênio) para embarque e do número ONU correspondente, precedido das letras “UN” ou “ONU”.

- 5.8.** O rótulo de classe de risco do gás transportado deve estar afixado, de forma visível, em cada cilindro, próximo à marcação. Caso o cilindro tenha dimensões tão pequenas que os rótulos não possam ser satisfatoriamente afixados, eles podem ser colocados por meio de uma etiqueta aplicada ao equipamento. Cada rótulo deve ter o símbolo de identificação do risco, o número da classe ou subclasse e grupo de compatibilidade e quando aplicável o texto indicativo da natureza do risco. Além dos riscos aplicáveis à substância o rótulo deve conter também os símbolos de manuseio do equipamento.
- 5.9.** Rótulos de risco devem estar também afixados à superfície exterior das unidades de transporte e de carga.
- 5.10.** A contratada ficará sujeita as seguintes condições:
- 5.10.1.** Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;
 - 5.10.2.** Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;
 - 5.10.3.** Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

6. DO TRANSPORTE, INSTALAÇÃO E ABASTECIMENTO.

- 6.1.** O transporte dos equipamentos e dos oxigênios deverão ser realizados pela Contratada em caminhões especiais, seguindo o estabelecido na legislação que rege a matéria.
- 6.2.** A carga e descarga dos cilindros somente poderão ser realizadas por pessoal da Contratada usando os devidos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, disponibilizados pela própria empresa, tais como luva de raspa, botas com biqueira de aço, óculos e capacete conforme IN DGRH/SESMT Nº 10/2001.
- 6.3.** Durante a entrega e retirada dos cilindros os técnicos da Contratada deverão utilizar dispositivos que garantam a segurança total do procedimento e dos profissionais envolvidos, sendo de responsabilidade da Contratada providenciar tais dispositivos.
- 6.4.** O dimensionamento do número de cilindros deverá ser feito levando em conta a probabilidade de existência de unidades defeituosas, devendo, portanto, haver uma quantidade suficiente de cilindros adicionais ao consumo normal, de modo a suprir possíveis imprevistos.
- 6.5.** No caso do reabastecimento de cilindros pela Contratada, não será admitido reabastecimento em cilindros que estiverem com testes periódicos vencidos, ficando

sob a responsabilidade de a empresa providenciar a troca desses cilindros sem ônus adicional à Contratante.

- 6.6. A Contratada deve atender a todas as medidas de segurança necessárias ao manuseio dos equipamentos.
- 6.7. Todos os equipamentos e ferramentas necessários ao manuseio e instalação dos itens adquiridos deverão ser fornecidos pela Contratada, que realizará ainda o manuseio e instalação, por meio de profissionais técnicos qualificados.
- 6.8. Quando do descarregamento, os cilindros devem ser estivados nos veículos de maneira que não possam se deslocar, cair ou tombar.
- 6.9. Os cilindros contendo produtos de naturezas diferentes devem ser separados segundo os respectivos símbolos de risco.
- 6.10. Durante as operações de descarregamento, os volumes devem ser manuseados com o máximo cuidado e, se possível, sem que sejam virados.
- 6.11. Juntamente à entrega e à instalação dos equipamentos, a Contratada deverá entregar à Contratante toda a documentação técnica e de segurança, bem como fornecer orientação quanto às regras de guarda e exibição desses documentos.
- 6.12. Quando da entrega e retirado dos cilindros, um funcionário da Contratante deverá acompanhar o procedimento.
- 6.13. A instalação do tanque em regime de comodato deverá ocorrer até o 30º dia da assinatura do contrato. Neste período deverá garantir o fornecimento do oxigênio a Unidade de forma plena.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS.

- 7.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

8. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

8.1. Os bens serão recebidos:

- 8.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 8.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação, se dará em até 02 dias úteis a contar do recebimento provisório.

8.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

9.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recursos abaixo descritos:

9.1.1. Elemento de despesa – 33.90.30- 30

9.1.2. Fonte de recurso 1600 – SUS

9.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

9.2.1. Hospital Municipal Raul Sertã: 30001.103.0200852.202;

9.2.2. Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro: 0001.1030200852.203;

9.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, CNPJ 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-000.

10. DA LIQUIDAÇÃO.

10.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da entrega da fatura na Unidade da Administração, conforme estabelece o decreto nº 258 de 20 de setembro de 2018 e Decreto 313/2019 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

11.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

11.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

11.1.3. FGTS;

11.1.4. PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;

11.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

11.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

11.2. A Nota Fiscal Eletrônica deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

11.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

12. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

12.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

12.1.1. As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

12.2. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

12.3. Os interessados, ou seus representantes legais, deverão comparecer nas instalações da Comissão de Pregão na data e horário estipulado, comprovando possuir poderes para formular propostas e para a prática de todos os demais atos do certame. É vedada a participação de um mesmo representante legal para mais de uma empresa, sendo admitido somente um representante por proponente.

12.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

13.1. Caberá à Contratante:

13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

13.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

- 13.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 13.1.5.** Efetuar o pagamento no valor e prazo previstos;
- 13.1.6.** Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;
- 13.1.7.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.
- 13.1.8.** Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 13.1.9.** Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como aqueles previstos na Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;
- 13.1.10.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 13.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1.** Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;
- 14.2.** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica SIMPLIFICADA** constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 11.1.1 a 11.1.6;
- 14.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 14.4.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;
- 14.5.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;
- 14.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 14.7.** Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal,

prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

- 14.8.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto de 05 (cinco) dias úteis de acordo com o **item 5.1** deste Termo de Referência, com a devida comprovação;
- 14.9.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.10.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

15. MEDIDAS ACAUTELADORAS.

15.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação

16. DA VISITA TÉCNICA

- 16.1.** Será facultada as empresas interessadas em participar do certame licitatório a realização de visita (vistoria) técnica as dependências e instalações do Hospital Municipal Raul Sertã, visando total ciência das condições do local;
- 16.2.** A visita técnica poderá ser realizada por um responsável técnico credenciado da Licitante, acompanhado por um profissional designado pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 16.3.** A **CONTRATANTE** deverá emitir pela Direção Administrativa da Unidade declaração de Visita Técnica, na qual certifica a visita do representante a empresa interessada para a verificação do local onde será instalado o tanque criogênico, objeto do presente certame, conforme Anexo (Declaração de Vistoria Técnica). Tal visita deverá ser realizada de 2ª à 6ª feira, no horário compreendido entre 09h00mins às 16h00mins até 05 (cinco) dias úteis antes da data designada para o Certame.
- 16.4.** Considera-se de grande relevância a realização da vistoria visto que propicia ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo que possa de alguma forma, influir, sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto.
- 16.5.** A empresa que **NÃO** vistoriar os locais assumirá todos os riscos e ônus referentes ao não conhecimento de informações passíveis de serem adquiridas a partir desta visita, ficando ciente de que não poderá alegar qualquer desconhecimento posterior para a realização efetiva do serviço.

- 16.6.** A licitante que optar pela não realização da Vistoria Técnica deverá entregar juntamente com a documentação da habilitação técnica, Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme modelo constante deste Termo de Referência.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO.

- 17.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto.

18. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

- 18.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO.

- 19.1.** O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- 19.2.** Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados (as) os (as) agentes públicos abaixo:

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
HIGOR DE BARROS PINTO	063.344	GESTOR TITULAR
GILMARA GUIMARÃES DE SOUZA	063.343	GESTORA SUBSTITUTA

Hospital Municipal Raul Sertã		
ANTONIO CARLOS SANT'ANA	207.630	SUPERIOR IMEDIATO
GILMAR DOS PASSOS DA ROSA	062.346	FISCAL TITULAR
JADDER COSTA QUEIROZ	111.043	FISCAL SUBSTITUTO

Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro		
ADRIANE DE JESUS SCHENQUEL	299.287	SUPERIOR IMEDIATO
NÉLIO DOS SANTOS JR.	062.095	FISCAL TITULAR

MARCOS ALEXANDRE DA SILVA CRUZ

115.027

FISCAL SUBSTITUTO

- 19.3.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 19.4.** O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 19.5.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 19.6.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

20. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO.

- 20.1.** O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 21.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02 a contratada que:
- 21.1.1 - Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 21.1.2 - Apresentar documentação falsa;
- 21.1.3 - Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 21.1.4 - Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.5 - Não mantiver a proposta;
- 21.1.6 - Cometer fraude fiscal;
- 21.1.7 - Comportar-se de modo inidôneo;

21.2 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

21.3 - Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.3.1 - Advertência;

21.3.2 - Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

21.3.3 - Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

21.3.4 - Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

21.3.5 - Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

21.3.6 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

21.3.7 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

21.4 - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

21.5 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

21.6 - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o

procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

22. DA RESCISÃO.

- 22.1.** O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.
- 22.2.** Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:
- 22.2.1.** Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.
- 22.2.2.** O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.
- 22.3.** Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Termo de referência elaborado por:

Higor de Barros Pinto
Gestão de Processos e Contratos
Mat: 063.344

Ratifico o presente termo de referência, nos termos do art. 6º, inciso III da lei federal Nº 8.666/93 em analogia ao art.7º, § 2º, inciso I da lei federal Nº 8.666/93, bem como autorizo **ABERTURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Nova Friburgo/RJ, 30 de agosto de 2023.

NICOLE RIBEIRO LESSA CIPRIANO
Secretária Municipal de Saúde
MAT: 106.137

ANEXOS

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA – do Termo de Referência
(MODELO)

Empresa: _____

CNPJ: _____

Tel _____

Representante: _____

RG: _____

Assinatura do representante: _____

Declaro que a empresa visitou as dependências do Hospital Municipal Raul Sertã, verificando as instalações onde serão executados os serviços descritos no processo licitatório nº x/2023, estando plenamente consciente da infraestrutura e das condições para a prestação dos serviços.

Nova
Friburgo, ____ de _____ de 2023.

Nome Diretor Administrativo: _____

Matrícula/ Carimbo: _____

Assinatura: _____